

A negação da infância: experiências e sentidos

Luciana Garcia de Lima

lucianaglima@yahoo.com.br - UBC

Rosemary Roggero

roseroggero@uol.com.br - UBC

Resumo

O artigo considera o conceito de infância como sendo histórica e socialmente construído e o tema como ponto de partida para a elaboração de um pensamento crítico de contornos contemporâneos. Conhecer como a sociedade atual delinea a infância ajuda a melhor compreender a própria criança e as expectativas dos adultos em relação a ela, que, às vezes, impõem modelos e situações contraditórias. Para compreender os elementos que contribuem para a negação da infância na sociedade contemporânea, utilizamos a metodologia das histórias de vida narradas por pais, avós e professores. Os depoimentos apontam para vários fatores que dificultam, quando não negam mesmo, a subjetividade, desde a infância, por meio de padrões sociais que enfatizam o consumo e o sucesso econômico como critérios de inclusão social.

Palavras-chave: Negação da infância. Pós-modernidade. Histórias de vida.

The denial of childhood: experiences and senses

Abstract

The article considers the concept of childhood as being historical and socially constructed and the subject as departure of the construction of a critical idea with contemporary profile. Knowing the way that post modernity society shapes the childhood helps to understand better the child and the adults' expectations related to it that, sometimes, imposes contradictories models and situations. To understand the influences of the nowadays society in the denial of childhood, we used the Life's History like a research methodology, talked to grandparents, parents and teachers. The evidences point to several aspects that difficult, or they deny the subjectivity, since childhood, through social patterns that give emphasis to consumption and the economical success like social include criteria.

Keywords: Denial of childhood. Post Modernity. Life's History.

Introdução

Ao tomarmos a história, vemos que infância é um conceito recente, pensado sob o Iluminismo, a partir do final do século XVII. Situar o seu desenvolvimento permite uma clara projeção do sistema de valores e de aspirações de uma sociedade. Porém, o modo

como se pensa sobre a infância não se refere apenas a algo externo ou social, mas ao passado de cada indivíduo, ao mesmo tempo, ao futuro de cada grupo humano.

O conceito de infância surgiu com a filosofia idealista alemã, na mesma época em que surgiu o conceito de indivíduo e que se produziam significativas mudanças sociais, sobretudo com o surgimento da ciência, que se tornava um novo referencial antropocêntrico para compreensão do mundo. Naquele momento, a criança deixou de ser vista apenas como um ser em determinada fase biológica da vida humana, ou uma “pessoa ingênua”, como refere o dicionário Aurélio, para ser entendida como “o indivíduo na infância”, como observa Friedmann (2005).

Antes disso, sobretudo na Idade Média ocidental, não havia a percepção da infância como um estágio específico do desenvolvimento humano. A duração da infância era reduzida ao período em que a criança ainda não podia bastar-se sozinha. A idade de 7 anos marcava uma etapa muito importante, pois era a data determinada, pela literatura moralista e pedagógica, para sair da infância e ingressar no mundo adulto por meio do estudo e do trabalho – sendo que este último possibilitava essa transição para a maioria das crianças que não tinham acesso a uma educação formal ou não pudessem aprender a ler e a escrever. A preparação para o trabalho se dava por meio das corporações de ofício e cada corporação tinha seus rituais próprios de transmissão do saber ligado ao trabalho artesanal, carregado de valores e símbolos.

Já na Idade Moderna, a criança e a infância passaram a ser idealizadas e exigiram uma reorganização da família como lugar de uma afeição necessária para o bom desenvolvimento do indivíduo. Muito disso se deve à medicina higienista e ao processo de escolarização que se ampliava, devido aos movimentos religiosos da Reforma Protestante e da Contra-Reforma Católica.

Ainda assim, é possível observar uma história da infância marcada, sobretudo, por continuidades. Várias atitudes comuns na Idade Média em relação à infância, apesar das supostas rupturas trazidas pela Modernidade, continuam vigendo até os dias de hoje. Ou seja, o comportamento das crianças sofreu algumas mudanças na passagem para a Idade Moderna, no sentido da atenção e da valorização das especificidades dessa época da vida. Porém, na contemporaneidade, parece que voltamos a tratar as crianças como pequenos adultos ou adultos em miniatura, seja devido aos trajes semelhantes ao dos adultos, aos brinquedos e até mesmo à participação em situações de cunho erótico – algo típico da longa Idade Média. Muitas famílias ainda tratam suas crianças como pequenos animais e é comum ouvir jovens casais se referirem a ter um cachorrinho para educar como treino antes de ter um bebê (!).

Brevíssima história da infância: uma história de continuidades

Embora não haja um consenso entre os estudiosos a respeito de sua utilização, a expressão pós-modernidade tem sido usada para designar uma sociedade que não mais pode ser caracterizada como uma sociedade moderna, mas que também não corresponde a um novo modelo social. Apesar de indicar um momento de transição histórica, a pós-modernidade carrega consigo as marcas da mudança, no modo como vão se moldando culturas e identidades, tanto quanto vão se ampliando os horizontes da pluralidade e da diversidade cultural, ainda que supostamente, sob a égide de um pensamento único (mesmo que fragmentário), que sustenta a lógica capitalista.

Segundo Adorno (2006), o processo capitalista implantou um processo de desumanização, negando aos trabalhadores os pressupostos à formação do indivíduo. A indústria cultural tem influenciado os habitantes das cidades e dos campos, e a proposta de autonomia presente nos ideais liberais da revolução burguesa não encontrou tempo e lugar para constituir-se. Os bens de formação cultural são oferecidos por diferentes canais, supostamente para todos. Porém, para o autor (2006), o fato de nem todos desfrutarem da igualdade de condições de vida material para acessá-los se explica pelo fato de que o conteúdo da formação tem sido ajustado pelos mecanismos de mercado. Por outro lado, é possível observar que, na sociedade contemporânea, regida pela lógica do capital, os valores tradicionais se perdem, desaparecem as certezas convencionais e há uma erosão da memória, que fragiliza as relações e realça esse vazio de valores, como falta de sentido para a vida subjetiva.

Sarlo (2004, p.9) descreve a sociedade pós-moderna como estando “fraturada e empobrecida”. De acordo com a autora, vivemos uma homogeneização cultural, “onde a pluralidade de ofertas não compensa a pobreza dos ideais coletivos, e cujo traço básico é, ao mesmo tempo, o extremo individualismo”. A autora ainda argumenta que a sociedade atual está pautada pela estética do mercado onde a “constância das marcas internacionais e das mercadorias se soma à uniformidade de um espaço sem qualidades” (*op.cit.*, p. 15). Construimos nossa identidade pautada nos ícones do mercado, sonhamos com objetos e imagens que estão expostos nas vitrines. Há um jogo da sociedade capitalista para nos transformar em consumidores eternamente insatisfeitos, em busca de produtos e serviços que possam trazer algum tipo de prazer imediato, criando o mito da novidade permanente. Esse processo gera uma perda de referências em todos os aspectos da convivência humana.

Dufour (2005) avalia que a pós-modernidade pode ser definida pelo esgotamento e pelo desaparecimento das grandes narrativas de legitimação. É uma época em que se vê desaparecer até mesmo as forças simbólicas nas quais a modernidade se apoiava.

Estamos sempre atrás de vidro e concreto. As relações que estabelecemos com as pessoas assemelham-se às relações que estabelecemos com as coisas: são relações fugazes, dinâmicas e efêmeras. As relações acontecem de acordo com a economia do consumo descartável. Os objetos de desejo tornam-se, assim, os alicerces frágeis por meio dos quais se constroem as identidades.

Dessa forma, as *crianças pós-modernas* são estimuladas a pensar e a agir como pequenos adultos, o que pode ser observado na maneira como são vestidas, falam e se comportam. Diante desse quadro, Postman (1999, p.11) acredita que assim que surgiu o conceito de infância, as sementes do seu fim já começaram a ser plantadas.

De acordo com a psicologia do desenvolvimento, entendemos que a criança, desde seus primeiros anos de vida, são egocêntricas e fantasiosas e, para construir sua identidade, passam esses anos introjetando valores e convenções sociais ditadas pela cultura.

Com a falta de “grandes sujeitos”, a televisão tem ganhado cada vez mais importância na educação (ou deseducação) das crianças, no sentido da formação de sua subjetividade. A televisão não é elitista, pelo contrário, é o maior meio de comunicação em massa. Além disso, trata de cotidiano, colaborando para a aproximação e identificação dos telespectadores. A tevê tem o poder de igualar as faixas etárias, pois não há restrição, tanto os adultos como as crianças têm acesso aos mesmos programas. Além disso, suas imagens são concretas e auto-explicativas.

Nesse cenário, os comerciais exibidos na televisão são as boas notícias no meio das notícias ruins exibidas pelos telejornais e programas sensacionalistas, constituindo, segundo Dufour (2005) “um verdadeiro adestramento precoce para o consumo e uma exortação à monocultura da mercadoria”. As horas que as crianças passam em frente à televisão podem ser traduzidas como menos tempo dedicado às amizades e ao convívio familiar. A consequência disso é que os pais, principalmente, perderam lugar na educação dos filhos. E essa educação está sendo realizada, hoje, pela televisão e pela internet.

Grande parte do tempo livre das crianças e dos adolescentes é dedicada à navegação na internet. A média apontada recentemente pela revista *Veja* é de 4 horas diárias acessando sites de busca, bate-papo e comunidades virtuais. Assim como na televisão, as informações podem ser acessadas por pessoas de qualquer idade, sem censura, aproximando, mais uma vez, as crianças do mundo adulto, sem esperar que elas atinjam a maturidade emocional e cognitiva para lidar com as informações que acessam. A internet também priva as crianças do convívio familiar e das relações de amizade. Entretanto, tanto a TV quanto a internet são apresentadas como janelas para um mundo maior, e manter-se conectado a elas é a forma de manter a perspectiva de uma cidadania planetária, que não se realiza, mas que continua afirmando seu potencial.

A infância que se vê na sociedade pós-moderna não é mais aquela infância idealizada pela modernidade, envolta em felicidade e inocência, mas é constituída, sobretudo, por meio das possibilidades de consumo e pela conexão com a tecnologia. Sua subjetividade, segundo Souza (2005), usa fraldas de uma determinada marca, bebe o leite de outra marca, brinca com a boneca da moda. Com isso, a criança não aprende a lidar com o objeto em si, mas com aquilo que ele representa, ou o *status* que ele significa, como aspecto da sociedade de consumo em que nasce. A criança converte-se em protagonista da lógica mercantil, em que os bens de consumo são convertidos em cultura e os bens culturais são convertidos em objetos de consumo. Práticas pedagógicas contemporâneas alfabetizam as crianças por meio das marcas e as ensinam a consumir, por meio de visitas monitoradas a supermercados e *shopping centers*. A sociedade pós-moderna e de hiperconsumo se faz hegemônica na medida em que exclui de seus padrões de pertencimento as infâncias que não participam do seu modelo, contribuindo para enfatizar as diferenças socioeconômicas das diferentes infâncias, negando a todos o direito de serem crianças, tratando-os como bons consumidores ou como pequenos insignificantes quando não possuem o poder de consumo.

Steinberg e Kincheloe (2004), observando os altos índices de suicídio que ocorrem nos países economicamente mais desenvolvidos, como os da Europa, Estados Unidos e Japão, perguntam-se que tipo de desesperança pode uma criança sentir para que o suicídio esteja sendo considerado uma epidemia nesta fase da vida? E respondem, argumentando: quando ingressa na adolescência, essa criança já está aborrecida demais com o mundo e sem possibilidades de futuro, pois já vivenciou experiências antes reservadas somente para a adolescência e fase adulta, incluindo os problemas que as acompanham: angústias, sofrimentos, dúvidas, mas sem a maturidade emocional para lidar com essas coisas.

Kehl (2000), assim como Dufour (2005), denuncia o modo como comportamentos e atitudes antes considerados normais e comuns à infância são rotulados como transtornos de personalidade, sendo tratados e medicados com base na mesma lógica que rege o tratamento de adultos. Tem sido cada vez mais comuns diagnósticos de depressão cada vez mais precoces, entre outros, como hiperatividade e bipolaridade. Jornais, revistas e programas de TV divulgam formas até simplistas de identificação de problemas e induzem a tratamentos não raro menos pedagógicos e mais medicamentosos.

Fenômenos como esses permitem pensar na negação da infância pelo modelo de sociedade que vigora. Uma sociedade de consumo exacerbado, que se afirma no âmbito da cultura, como argumenta Marcuse (1997).

Mas, se a experiência da infância é distorcida e mesmo negada, tendendo a desaparecer ou manter-se apenas como período de desenvolvimento biológico, o próprio conceito de

homem como sujeito histórico e cultural também está em risco. Nesse sentido, para Kramer (2003), ao lutarmos para recuperar a infância, estamos garantindo a humanidade e o respeito pelo outro. Para Adorno (2003), essa é a única forma de resistência à aniquilação da subjetividade humana.

Histórias de vida e sentidos da infância: caminhos com rupturas

Visando conhecer e compreender os elementos que contribuem para a negação da infância na sociedade contemporânea, contemplamos, nessa pesquisa, a abordagem metodológica das histórias de vida, apoiada na história oral.

Ao adotar o método de história oral, segundo Bom Meyhi (2005, p.14), é imprescindível atentar para o fato de que colher uma entrevista sem um propósito claro faz com que ela permaneça tão abstrata como se não tivesse sido ouvida ou, pior, ouvida, registrada e negada por não se saber o que fazer com o que ela pode revelar.

Tratar da infância negada, portanto, vai além de dados estatísticos que saltam nos jornais e revistas, nos tratados de especialistas, nas falas de educadores e outros tantos interessados no tema, quando se aborda a questão em busca de uma subjetividade historicamente negada. É buscar ir além das aparências, das supostas obviedades.

No entanto, também é preciso um alerta: quando se trata de uma abordagem de pesquisa qualitativa que busca ir ao encontro de uma subjetividade negada, é comum que grandes (e falsas) expectativas se levantem. Espera-se que algo novo venha à luz, seja revelado como num processo mágico. Mas não é isso que se encontra. Por trás das aparências dos discursos convencionais, o pesquisador se depara justamente com as formas de negação, presentes no discurso, ainda que não conscientes para o narrador.

A infância não é negada pela criança. Não foi ela quem criou o conceito, nem faz idéia do que se espera dele. A criança está ocupada em interagir com o mundo que a cerca, em ter atendidas suas necessidades, que ela mesma não conhece de forma racional. Isso parece óbvio, mas não é, quando nos deparamos com questões levantadas até mesmo por especialistas e pesquisadores – o que é, também, um viés da negação da subjetividade humana, em sentido mais amplo, o que não é objeto deste artigo.

Para este trabalho, buscamos ouvir adultos – pais, avós e professores de crianças na faixa etária dos 4 aos 6 anos – a respeito de suas próprias infâncias. Diferentes gerações olham para si mesmas e para seus filhos, netos e alunos e, em suas narrativas, algo se revela sobre a constituição dessas identidades, que revelam algo sobre a sociedade em que vivemos.

Temos como objetivo maior desta abordagem verificar como a infância atual é negada pela sociedade. Mas ouvir pais, avós e professores narrando suas infâncias e refletindo,

em alguma medida, acerca do modo como enxergam e lidam com a infância atualmente, permite algum nível de auto-reflexão dos adultos que tendem a se esquecer de quem foram e do que viveram nas suas próprias infâncias, considerando o processo de desenvolvimento humano ao longo da vida, que traz sempre novos desafios a serem superados. Ainda assim, sabemos que a entrevista em si, o processo de narrar a sua história e ser ouvido, não significa necessariamente que haverá auto-reflexão, ainda que essa seja uma aposta de vários investigadores que se valem dessa abordagem metodológica (ROGGERO, 2007).

Foram ouvidas 12 narrativas de histórias de vida temáticas (o tema foi a infância, mesmo) de pais, avós e professores. A questão fundamental que as guiou foi “conte-me como foi sua infância”. Num segundo momento, incluíram-se três perguntas complementares, de caráter reflexivo: O que é a infância para você? Como você vê a criança e a infância hoje? Quais as possíveis consequências, no seu ponto de vista, para as crianças que não vivem sua infância?

A opção pela inclusão dessas três questões temáticas mais abertas no segundo momento das entrevistas se deu, porque, dessa forma, os discursos poderiam ganhar mais amplitude, tendendo a revelar mais características subjetivas de cada narrador.

A análise das narrativas foi organizada em categorias para observação dos conteúdos recorrentes nos discursos dos entrevistados. Encontramos, ao todo, 15 categorias, abordadas objetivamente, a seguir.

Um primeiro aspecto que nos chamou a atenção em relação às narrativas foi o fato de os colaboradores apresentarem *diferentes significados* para infância, em lugar de fixarem-se em narrar suas próprias infâncias, o que fizeram muito rapidamente passando, logo, às fases posteriores, muitas vezes num ir e vir sem sequência cronológica. Sobre as idéias de infância, surgiram frases como: “*A infância é uma fase biológica da vida, pela qual todos passamos. É uma fase de crescimento*” (Renato), “*Eu vejo a infância como liberdade de expressão, de atitude, dentro de um certo limite*” (Maria Inês), “*Eu acho que infância é brincar*” (Cida), “*Acho que é ser feliz*” (Tereza).

Outra observação foi que, no geral, as experiências a que os entrevistados se ativeram, durante suas narrativas, estavam relacionadas ao fato que mais os incomoda ou incomodou, fazendo com que perdessem facilmente *o foco* da narrativa. Alguns relataram sobre a pobreza da família durante sua infância, outros sobre problemas familiares que tiveram já na fase adulta ou sobre o casamento, separação, morte de algum parente, entre outros, como podemos observar nos comentários seguintes: “*Fiquei casada por mais ou menos nove anos, mas não deu certo. Nos separamos e, depois de algum tempo de separada, eu resolvi ter um outro filho. Eu era muito nova na época em que me casei e depois fui amadurecendo, fui vendo que a idade estava chegando e tinha*

que optar por ter mais um filho ou não. Então eu optei por ter, com o mesmo marido, separada”, como no caso da professora Aline, que acrescenta ainda: “Meu pai ficou doente e necessitava de um filho cuidando dele e, como eu estava em processo de separação, optei por cuidar. Voltei a morar com meu pai. Agora faz um ano que ele faleceu. Fiquei seis anos tomando conta dele e não me arrependo de nada”.

A professora Paula também mudou o foco da entrevista quando começou a falar da morte de sua mãe: *“O que me marcou muito foi isso: a morte da minha mãe. Daí em diante, sempre que tinha que fazer um presente eu queria fazer para todas as minhas irmãs. A mais velha foi quem me criou, mas eu achava injusto dar um presente só pra ela, se as outras também ajudavam. Eles me deram uma educação excelente, mas, infelizmente, muita coisa a gente só entende mais tarde”.* É possível notar que ela se fixou num evento determinado e marcante de sua infância.

A narrativa do pai Sandro também demonstra essa alteração no foco: *“Agora todos os meus irmãos casaram e ficou mais fácil para os meus pais, mas às vezes minha mãe não pode comprar uma coisa que ela quer. Quando eu penso nisso, me sinto fracassado. Por outro lado, eu fico feliz, porque a minha mãe e o meu pai são felizes”.* Por que teria Sandro se fixado nesse dado da realidade familiar? Teria isso ocupado seu olhar infantil? A avó Tereza conta uma história paralela: *“A minha irmã mais velha se queixava um pouco de mim, mas sem razão. Certa vez, ela me ofereceu um terreno na praia e eu comprei para ajudar e passei para o meu caçula. Depois de um tempo, ela me mandou o dinheiro de volta e queria que eu devolvesse o terreno. Mas eu já havia dado para o meu filho e não queria devolver. Isso a magoou e ela andou falando mal de mim. Houve mágoa, mas eu não me sinto malvada”.* Por que o tema da infância a teria remetido a uma situação ocorrida bem mais tarde? Haveria na infância algo como o início de um desentendimento entre as irmãs, que a situação mais recente ilustraria?

Outro aspecto importante a ser apontado é o fato de que as narrativas permitem confirmar que *as experiências* vividas na infância, boas ou ruins, repercutem por toda a vida. Os próprios colaboradores perceberam e revelaram isso nas suas narrativas. Para eles, as experiências vividas durante o período da infância interferiram no modo de ser adulto de cada um deles. Por exemplo, Paula afirma: *“Tudo o que eu não vivi com a minha mãe eu quero dar para meus alunos e o trabalho vai ficando mais gostoso, você tem onde jogar aquela ausência.”*; enquanto Tereza descreve: *“A vidinha que eu levo, hoje, de ficar fechada em casa, é a mesma que eu levava. Não saía de casa. Mas nunca fui revoltada.”*

Os relatos fornecidos, de maneira consciente ou não, pelos pais atuam como elemento formativo e determinante do comportamento e modo de funcionamento adulto. Isso pode ser observado em situações como: *“Meus pais trabalhavam muito para nos dar uma*

vida razoável. É uma característica da família. (...) Eu sou uma pessoa que, realmente, me sinto bem trabalhando e estudando.” (Adriane); “Na verdade, eu fui muito influenciado pelos bons exemplos dos meus pais. (...) Os valores que eu tenho, eu trago da minha família. (...) Hoje, se eu sou uma pessoa esforçada, eu devo tudo ao meu pai. Ele me ensinou a ser um homem esforçado e eu vou ensinar isso para o meu filho” (Inaldo).

A maioria dos entrevistados apontou ainda o excesso de *informação* advinda da televisão, tanto a fechada quanto a aberta, e da internet como os grandes vilões responsáveis por parte da negação da infância na atualidade. Cabe observar que os adultos parecem ter pouca ou nenhuma autoridade em relação aos veículos de comunicação, atribuindo-lhes um papel quase que substituto ao da sua própria autoridade, tanto no sentido da seleção de programas e informação, como de uma reflexão crítica e do diálogo com as crianças. Cláudio dá seu ponto de vista em relação a este assunto: *“Agora, é tudo diferente, é uma época diferente. O acesso à informação está aí. A minha filha de 4 anos pega o controle remoto e vê todos os canais, e essa é uma preocupação, porque a televisão não filtra como filtrava antigamente. Hoje, nós temos canais por assinatura onde se pode ver, às seis horas da tarde, cenas eróticas. Por mais que você ofereça à criança atividades educativas, as cenas, as imagens... ainda que você compre brinquedos apropriados em que você siga determinadas referências... é complicado, porque a criança quer ver TV, ela quer informação mais dinâmica, ela quer um colorido. Ou seja, existe um apelo muito grande.”* O que, exatamente, faria com que os pais se sentissem tão impotentes para exercer sua autoridade ou para oferecer alternativas à televisão e à internet?

Há, na maioria dos discursos, a crença de que *o estudo* pode melhorar a vida das pessoas. Por trás desse discurso, parece haver uma representação simbólica a respeito da escola como possibilidade de progresso ou ascensão social. Dessa forma, acreditam que seus filhos de 4 anos devem ir à escola para aprender e não apenas para brincar, apesar da tenra idade. Sandro afirma: *“A minha frustração é não poder ajudar a minha mãe, a minha família. Eu me sinto culpado porque eu podia ter estudado mais”*; enquanto Renato aponta que a escola precisa acompanhar as evoluções da contemporaneidade: *“A escola, desde cedo, é importante, porque o mundo anda numa velocidade muito grande e a criança tem que começar a viver socialmente com outras crianças e começar a desenvolver seu intelecto, porque, agora, o mundo é mais difícil”*.

Os pais também deram uma ênfase muito grande à importância das *opiniões dos especialistas*, o que sugere que a autoridade dos pais está em crise, fazendo com que busquem outras referências e deixem, muitas vezes, de assumir certas responsabilidades frente às crianças. Adriane, seguindo o conselho do especialista, esperou para colocar

sua filha na escola: “... o pediatra disse que ela só iria começar a aprender com 3 anos, quando estivesse madura”. E seu marido complementou a narrativa, mostrando que não foi apenas a opinião do pediatra que foram buscar: “Eu me lembro que, na ocasião da matrícula, eu fui conversar com as coordenadoras, com a psicóloga, do receio que eu tinha da minha filha se transformar numa criança egoísta, e nós decidimos colocá-la na escola”. É relevante salientar que esse casal é proprietário de uma instituição escolar que atua desde a educação infantil até o ensino médio. O que os tornaria menos seguros nas decisões em relação à sua própria filha?

Observa-se que é como se, por meio da mídia, a escola e os especialistas contivessem o conhecimento e a informação que lhes conferem autoridade no processo educacional e no desenvolvimento das crianças – conhecimento e informação que pais não podem ter. A atribuição de altas *expectativas* às crianças, o excesso de cobrança de atitudes maduras, parece ser mais um fator responsável pela negação que leva ao desaparecimento da infância. Em relação a esse tópico, Michelle aponta o nascimento do filho como responsável pelo fim do alcoolismo do pai: “O meu filho fez com que meu pai deixasse o vício”. Este aspecto também está presente em vários trechos da narrativa de Augusta: “... minha filha nunca deu problema na escola (...) entrou com cinco anos na primeira série. É super madura”. E ainda: “Os meus filhos são muito educados. Eu sei disso porque vou à igreja e o culto demora uma hora e meia e eles ficam sentados do meu lado, sem correr, pular, brincar, ir ao banheiro ou beber água. Coisas que a gente não percebe em outras crianças dessa fase”.

Essas expectativas estão relacionadas ao quanto possam demonstrar potencial para o sucesso profissional e financeiro, na vida adulta, conforme os padrões disseminados na sociedade de hiperconsumo. Por isso, parece que uma preocupação comum a todos os entrevistados é dar aos filhos todo o *recurso material* a que não tiveram acesso na própria infância, como forma de garantir seu futuro dentro dos padrões mencionados. Há uma associação entre recursos materiais e sucesso, bem-estar e felicidade.

Em suas narrativas, contraditoriamente, mostram-se convictos de que hoje não existe segurança, não existe espaço, não existe tempo para os filhos, mas existe dinheiro que permite o acesso a bens materiais, então o que falta fica compensado. No discurso de Augusta, esse aspecto se encontra muito presente: “É muito diferente a minha infância da dele, porque tudo o que é diferente, tudo o que eu posso proporcionar para que ele tenha uma boa infância, eu faço. Eu acho que meus pais erraram muito na minha educação, não porque quiseram, mas por falta de informação, por falta de recursos.” Adriane vai em direção ao ponto de vista de Augusta: “Hoje a gente percebe que eles têm todos os recursos de roupa, alimentação, a escola particular. (...) Eu imagino que a

infância dos meus filhos é uma infância boa. Temos recursos, uma boa escola, moramos numa casa confortável, considero que nós temos uma família feliz”.

Um outro aspecto frequentemente mencionado é a *comparação* realizada entre a educação que os pais receberam e a educação que estão proporcionando, atualmente, aos seus filhos. Há um discurso recorrente de que, *antigamente*, havia mais respeito, mais disciplina e menos conversa, elementos que teriam possibilitado uma boa educação, talvez melhor do que a que se pratica hoje. Para Augusta: *“Os pais mais antigos não tinham papo com os filhos”*. Para Patrícia: *“Antigamente, os pais educavam mais, colocavam disciplina, mas não eram de demonstrar muito carinho, de dar amor, de ficar um tempo com a criança. Eu não sei o que está acontecendo, mas eu acho que antes minha mãe não tinha essa preocupação”*. Inaldo afirma: *“Eu lembro que meus pais sempre me ensinaram a respeitar as pessoas mais velhas. Eu não vejo isso hoje nas crianças”*. Novamente, chama a atenção o modo com os adultos sentem-se menos responsáveis pela formação das crianças, como se essa tarefa estivesse delegada a alguma entidade abstrata.

A questão da *liberdade* relacionada ao conceito de infância foi apontada somente pelos avós, pois estes puderam vivenciar uma infância bem mais livre que a geração dos pais, embora a destes também tenha sido mais livre do que a atual. Essa liberdade diz respeito ao direito de desfrutar da rua, da praça, dos espaços públicos, para brincar e relacionar-se com vizinhos, o que está cada vez menos frequente, em razão das questões ligadas à violência urbana e à insegurança.

Renato compara a sua infância com a infância de hoje: *“... a minha infância era muito feliz porque eu era solto, não existiam os problemas de segurança que temos hoje, não tínhamos uma tecnologia avançada. Com isso, nós construíamos nossos próprios brinquedos. Nós inventávamos muito, éramos mais criativos”*. Maria Inês também relembra a liberdade que tinha: *“O que mais me faz sofrer, hoje, é a falta de liberdade. Eu tive uma liberdade, meus filhos tiveram outra completamente diferente e meus netos não têm nenhuma. Eles não sabem o que é sair na rua, andar de bicicleta, ficar sozinho na calçada brincando com os amigos”*. Observe-se que nesses depoimentos já há elementos contraditórios em relação ao que fora apontado antes em relação aos recursos materiais que compensam aquilo que falta às crianças.

Jovens pais e professores referindo-se ao papel do homem quanto às *expectativas apontadas* para as crianças desde a infância, sugerem que os meninos são mais cobrados em relação ao sucesso profissional e financeiro: *“Eu quero que ele seja bem independente, por ser homem”* (Michelle); *“Minha mãe ficava em casa cuidando da gente. A gente sempre ajudava. O meu irmão não muito porque é homem”* (Patrícia); *“Responsabilidade, desde cedo, é importante. Principalmente no homem (...) o homem*

tem que prover a família” (Inaldo). Também contraditoriamente, enquanto parecem haver grandes rupturas nos modos de vida, alguns velhos antiquados, que se poderia supor superados, ainda estão bem presentes nos discursos.

Embora saibamos que não existe uma solução mágica que possa ser prescrita para dar conta das contradições da realidade em relação à vida contemporânea, sobretudo no modo de lidar com a infância, alguns colaboradores apóiam-se em soluções tradicionais, como a relação entre valores e religião, o convívio familiar e a educação formal. Para a mãe Michelle “... a religião é muito importante para as crianças, e eu vejo muitas crianças que não têm essa influência de religião, de valores”. A avó Tereza também parece perceber na religião a possível solução para os males que atingem as crianças de hoje: “Outra coisa que falta é a religião. Antigamente, a religião continha nossos instintos, nós tínhamos uma orientação religiosa que apontava o caminho do certo e do errado. Funcionava como freio para a prática de coisas erradas”. O discurso do pai Carlos aponta para a educação como possível solução: “Tudo influencia: o colégio, os amigos. Não adianta ensinar valores em casa e colocar num colégio onde não trabalham valores da maneira como você gostaria. É complicado, pois a criança fica confusa, perdida mesmo”. Para o pai Inaldo, a família seria a solução possível. “Eu ainda acho que a família é muito importante. Eu acredito que de uma boa família saem bons frutos. (...) Eu acredito que a família é a base de um mundo melhor”.

O que está entre continuidades e rupturas

Pode-se dizer, sobre as narrativas colhidas, que se pautam no cotidiano, em perspectivas de senso comum, sem sugerir nada de novo. Alguns diriam que estão aprisionadas em clichês. Sim. Mas oferecem dados de realidade que apontam para rupturas, não na história social mais ampla – esta repleta de continuidades, como indicamos acima –, mas rupturas na percepção que cada indivíduo tem de si mesmo, da própria individualidade ou de como se constituiu a própria identidade, desde a infância. Não há idéias novas, diferentes, reflexões profundas. Não há uma consciência clara da própria infância, nem dos fatores que a diferenciam da infância contemporânea. Há percepções de lacunas do passado que o presente compensa com a lógica da cultura capitalista do consumo.

Não há novas referências para lidar com a infância contemporânea. Há mais do mesmo, de formas contraditórias, alienadas, estéreis de pensar. Esses são elementos que confirmam a negação da subjetividade humana, desde a infância. E quem – ou o que – assume a formação das novas gerações? Como podem diferenciar-se, transformar algo? Criar o novo?

A mídia, sobretudo a televisiva, tem sido apontada, tanto por alguns especialistas como pelo senso comum (como se pode notar nos depoimentos dos colaboradores), como uma das grandes responsáveis por uma distorção da infância, já que está disponível para as crianças desde a mais tenra idade.

Por outro lado, a internet é, hoje, a grande difusora de informações, ao menos para camadas sociais economicamente favorecidas. Os que não têm acesso a ela sabem que estão “perdendo alguma coisa” que lhes permitiria “um sentimento de pertença social”. Sabem que são objeto de uma nova forma de exclusão: a digital.

O que pertencia somente ao mundo dos adultos, pode ser acessado por crianças pequenas, embora estas ainda não possam compreender o conteúdo dessas informações, apresentadas de forma tão atraente e poderosa. Por outro lado, a observação de cenas cotidianas permite verificar que, quando as crianças aprendem a entrar em sites como Discovery Kids, Cartoon ou Disney e brincar em alguns joguinhos, os adultos tendem a pensar que as crianças dominam o computador ou já são capazes de acessar sozinhas a informação disponível na internet. Não raro, ficam como que paralisados na sua função educativa e perdem a percepção do que a criança pode realmente fazer, em cada idade.

A violência social e os espaços urbanos reduzidos justificam que as crianças permaneçam mais tempo em frente à televisão, ao computador e ao videogame, desprezando, muitas vezes, o contato e a interação social, necessários para a construção do psiquismo humano e o desenvolvimento de sua subjetividade. Mas, pode-se observar, também, que o fazem por serem estimuladas a tal. Até algum tempo atrás, a televisão era a babá eletrônica que fazia com que “ficassem quietinhos”. Atualmente, as alternativas eletrônicas para o sossego dos adultos se ampliaram com o computador, os games e os celulares, tornando frequente que pais e professores se utilizem indiscriminadamente desses recursos, mesmo quando fazem um discurso em favor de limites claros.

Os pais se sentem pouco preparados para exercerem autoridade e, não sem conflitos e expectativas irreais, entregam a responsabilidade pela educação dos filhos à escola.

Na escola, o pouco espaço ou os ambientes restritos a que têm acesso para uma interação ampliada correspondem, em grande parte dos casos, aos pátios escolares. Contudo, o que constatamos, em várias delas, ao realizarmos o contato com pais e professores, é que não se valem das possibilidades de exploração desse ambiente, preferindo atuar de acordo com o preparo das crianças para um suposto futuro mercado de trabalho, exigindo, em muitas ocasiões, uma aceleração cognitiva das crianças, preenchendo todo o seu tempo livre com atividades extracurriculares. Os espaços são, não raro, mal utilizados, mal organizados, de modo a administrar as brincadeiras e tolher a criatividade infantil. Há espaços bonitos para serem vistos, mas não desfrutados. Informações a respeito disso podem ser constatadas nos próprios materiais de divulgação de muitas escolas, em

diversos *sites* e em matérias de revistas especializadas em apresentar o diferencial competitivo das instituições para atrair novos alunos-clientes.

Dessa forma, a escola, assim como outras instituições da sociedade contemporânea e pós-moderna, segue o modelo da vida simulada no capitalismo (ROGGERO, 2001). A preocupação com a qualidade da educação parece estar sendo substituída pelas possibilidades de entretenimento e distração, alienando a infância e domesticando-a para o consumismo.

Com o encurtamento da infância e as mudanças na idade adulta, tem sido verificado um alargamento da adolescência, que parece estar se tornando um padrão de comportamento social. As pessoas têm medo de envelhecer e recorrem a produtos, roupas, cremes, plásticas e tratamentos que possam fazer perdurar o aspecto material da juventude, enquanto arrumam artifícios para *adultizar* (ou adulterar?) as crianças. Assim, a adolescência parece tornar-se, hoje, o ideal de sociedade – mais um aspecto que tende a negar a subjetividade humana, em favor de mecanismos e padrões de consumo da lógica capitalista.

Como a adolescência é um período de transição, tanto quanto uma sociedade pós-moderna é uma sociedade em transição, o trânsito parece impedir que se assumam determinadas responsabilidades, parece impedir o próprio desenvolvimento da consciência, que fica borrada, embaçada, alienada. É o que se produz com a negação da infância: consciências alienadas.

Por outro lado, como consequência do que se entende aqui como negação da infância, pode-se pensar que, ao serem *adultizadas*, as crianças passam a apresentar problemas que antes eram atribuídos somente aos adultos, pois, estimuladas ao prazer imediato do consumo, as crianças são assombradas por uma grande angústia gerada pelo vazio interno que tende a ser preenchido por coisas supostamente mais excitantes, como: drogas, violência e vivências de situações extremas, até mesmo o suicídio. Exemplos dessas passagens ao ato têm sido cada vez mais frequentes no noticiário cotidiano, ainda que as entrevistas não se refiram às situações extremas. Pais matam filhos, filhos matam pais, alunos matam professores, que temem seus alunos, numa ciranda de medo permeando relações que são constitutivas de um perfil de indivíduo, de sociedade, de civilização.

Considerações finais

A negação da infância aponta para uma negação da subjetividade da criança que, impedida de entrar em contato com sua vida simbólica, já que os objetos externos, na sociedade atual, são mais valorizados, deixa de sonhar, se transformar e se emancipar. O

contato consigo mesma, a interiorização é pouco valorizada e mesmo pouco permitida nos jogos da contemporaneidade, o que dificulta, quando não impede, o desenvolvimento de sua subjetividade.

A metodologia de pesquisa qualitativa utilizada neste estudo, a história de vida, não supõe que os narradores tragam experiências que superem o senso comum que permeia a realidade. Cabe aos pesquisadores que se valem desse método encontrar sentidos e explicações para a realidade que permitam a superação das contradições encontradas, por meio de uma reflexão teórica relevante e, quem sabe, capaz de conter uma fagulha transformadora.

Nem sempre isso parece possível, considerando-se que a falta de critérios para além dos que são colocados pela sociedade de consumo também afeta a academia e faz com que os intelectuais, eles próprios, não raro estacionem na descrição de fenômenos, na constatação de contradições e numa análise até mesmo circular, em torno das questões sociais a que se dedicam, quando não prescritivas e românticas, que se confundem com pobres manuais de auto-ajuda.

Ainda assim, conhecer as condições da subjetividade da criança e as consequências da sua negação, mesmo que entristeça, assuste e assombre, é necessário, pois a crítica a essa realidade pode ser a única maneira de enfrentarmos o desafio de lutar contra a barbárie que se impõe na contemporaneidade.

Sendo a infância um conceito socialmente construído e o psiquismo constituído nas relações sociais, tomamos os principais agentes da família e da escola, devido à sua proximidade e influência na infância, como filtros sociais, cabendo a esses agentes e a essas instituições a responsabilidade de desenvolver uma auto-crítica, capaz de produzir uma outra formação, uma formação que permita o desenvolvimento da subjetividade humana – ou da humanidade latente em cada indivíduo.

Referências

ADORNO, Theodor. *Teoria da semicultura*. Disponível em: www.geocities.com/paris/rue/5214/tadorno.htm. Acesso em: 18/03/2006.

_____. *Educação e emancipação*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão da sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2005.

FRIEDMANN, Adriana. *O universo simbólico da criança*. Petrópolis: Vozes, 2005.

- KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIMA, Luciana Garcia de. *A negação da infância*. São Paulo: T.mais.oito, 2008.
- MARCUSE, Herbert. *Sobre o caráter afirmativo da cultura*. Cultura e Sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1997. V.I.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- ROGGERO, Rosemary. *A vida simulada no capitalismo: um estudo sobre formação e trabalho na arquitetura*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia. PUCSP, julho de 2001.
- _____. *A vida simulada no capitalismo: percurso metodológico da pesquisa*. In: CROCHIK, José Leon; SASS, Odair (Org.). *Teoria crítica e formação do indivíduo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- SOUZA, Solange Jobim e. *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.
- STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. *Cultura infantil. A construção corporativa da infância*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

Apresentado ao Conselho Editorial em 03/12/2008 aprovado em 10/02/2009